



Medalha Bons Serviços
Desportivos 1997

CONSELHO FISCAL

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ

Handwritten signature and initials in blue ink.

Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento | 2018

No cumprimento do Art.º 26.º n.º 2 a) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX), procedemos à leitura e análise do Plano de Atividades e Orçamento para o ano civil de 2018 apresentado pela direcção da FPX.

A competência deste órgão concretiza-se na emissão de parecer ao orçamento e demais documentos de prestação de contas, onde se inclui o plano de atividades, o que permite acompanhar – de forma cooperante e proactiva – o funcionamento da Federação.

O plano de atividades da direcção deve estar clara e inequivocamente justificado com a previsão de receitas e a estimativa de despesas, as quais devem refletir as opções de gestão em várias vertentes, defendidos pela Direcção para o ano civil de 2018:

- Desenvolvimento das Associações Territoriais
- Modelo Competitivo Nacional.
- Participação internacional.
- Relações Internacionais.
- Comunicação e imagem.
- Formação.
- Criação de Parcerias
- Gestão e Tesouraria

Este nosso parecer subentende, portanto, os dois aspetos superiores do documento que nos é apresentado:



- A análise da adequação do orçamento de receitas e despesas face à exequibilidade das atividades propostas; e
- A conformidade das atividades em prol do regular funcionamento da Federação.

Orçamento

O orçamento de receitas e despesas para 2018 cumpre as disposições legais aplicáveis às entidades do sector não lucrativo, onde se incluem as federações desportivas, associando as receitas à previsão de rendimentos e ganhos e as despesas à estimativa de gastos e perdas.

Quanto às receitas, a previsão de rendimentos e ganhos no total de 399,000m€ reflecte um aumento de (10,16%) face a 2017 (362.200m€); sustenta como fonte principal de recebimentos:

- Vendas de material desportivo (3.51%), que reflectem um aumento de 4.000m€ face a 2017.
- Taxas de filiação e de participação em competições nacionais (49.40%), que reflectem um aumento absoluto de 22.000m€ face a 2017; e
- Subsídios (45.31%), que reflectem um aumento absoluto de 10.800m€ face a 2017.

Verificando-se alguns sinais de retoma da crise, e a grande dificuldade na obtenção de receitas; é notória a enorme vontade da Direcção ao nível de angariação de fundos ao inscrever no orçamento o aumento de receitas de 36.800m€, onde se destaca novamente uma enorme subcarga, sobre jogadores e clubes, o que se considera demasiado, já mencionado no parecer do ano de 2017, o mesmo volta acontecer para 2018, relativamente a entidades autárquicas de 40.000m€ (2017) para 45.800m€ (2018), o que reflecte um aumento de 14.50%.

Quanto às despesas, a estimativa de gastos e perdas no total de 399.000 m€ está repartida pelas seguintes rubricas:



- Actividades desportivas reflectem um aumento de 9,12% face a 2017, na qual destacamos:
- As rubricas relativas a “Quotizações de filiação e inscrições” com 7.000m€ apresenta-se uma redução de 3.000m€ em relação ao ano de 2017.
- “Actividade desportiva nacional” apresenta-se uma redução de 2.000m€ em relação ao ano de 2017 com 82.000m€.
- “Actividade desportiva internacional” apresenta um aumento substancial de 17.500 m€ (16,510%) face a 2017.
- “Actividades de formação e promoção” apresenta um aumento do valor de 7,000m€, face a 2017 em formação de treinadores e árbitros” de 6.000m€ e “outras”, com um aumento de 1.000 m€, tendo as estimativas de 10.000m€ para “enquadramento técnico” reduzindo em 50% face a 2017, compensando um aumento de 22,100m€ para “projecto juvenil”.
- A concessão de apoios e subsídios a atletas, clubes, associações territoriais e em apoios a outras entidades aumenta para 36.550m€ 2018, dos 36,000m€ de 2017.

Actividades

Relativamente à conformidade das actividades com o orçamento apresentado e que, em última instância, legitimam o regular funcionamento da Federação destacamos a afetação do orçamento nestas vertentes “competição nacional”, 82,000m€ (20,58%); “competição internacional”, 123.500m€ (30,95%); e “formação”, 17,500m€ (4,39%).

A Direção mantém-se fiel às suas excelentes competências nos domínios do marketing, “comunicação e imagem”:

- Mantém a intenção de seguir o bom trabalho feito pela anterior Direcção e reforçando a intenção da renovação do site, modernização do logótipo da FPX e mantém a disponibilização do alargamento a outras plataformas e outras redes sociais.

- Manter a “conquista” do relacionamento próximo e a presença regular do xadrez na comunicação social.
- A melhoria do portal FPX, designadamente em sede atualização de módulos.

Nas actividades “competição nacional” a Direcção:

- Expressa a promoção do xadrez pelo aumento factual do número de filiados e de provas e pela esperança de aumento do número de praticantes, clubes e treinadores certificados.
- Assume a manutenção de um modelo desportivo ambicioso, renovando a apresentação de um cronograma revelador de conhecimento e de intercomunicabilidade com provas territoriais, no sentido da optimização do calendário.
- Lamenta-se que nada seja referido no orçamento, em contemplar uma articulação com a APXC-Associação de Xadrez por Correspondência, na qual a F.P.X tem um protocolo assinado, dando toda a responsabilidade na organização da pratica da modalidade nessa variante.

Nas actividades “competição internacional” a Direcção:

- Louvamos a intenção da Direcção em tentar criar uma associação de federações de língua lusófona.

Na “formação” o documento é revelador numa área fundamental para o desenvolvimento da modalidade em aumentar os cursos de formação de treinadores e árbitros, alargando ao desporto escolar.

Parecer

A elaboração de um plano de actividades e do respetivo orçamento de receitas e despesas é um exercício de intenções e de previsão, portanto, as actividades e os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e eventuais variações poderão ser materialmente relevantes e perfeitamente entendíveis e aceitáveis.



Não é do conhecimento do Conselho Fiscal, qualquer facto ou informação que permita duvidar da credibilidade do orçamento apresentado, sublinhando-se o facto do apoio do IPDJ poder divergir do previsto (130.000 €).

Elogios e críticas só se apontam a quem faz trabalho e essa é uma evidência inegável desta Direcção: dedicação e trabalho. Goste-se ou não das opções, dos resultados conseguidos e dos meios escolhidos para a obtenção dos mesmos. É justo, pois, enaltecer e elogiar o profissionalismo, empenho e dinâmica da Direcção, designadamente quanto aos aspetos regulamentares, aos aspetos relacionados com a comunicação e imagem institucional e à inovação do quadro competitivo nacional.

Nestes termos, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Plano de Actividades e Orçamento para 2018.

Lisboa, 17 de Novembro de 2017

O Conselho Fiscal

António José Brito de Moura (Presidente)

José Manuel Ribeiro Nogueira (Relator)

Carlos Manuel Lopes Nascimento (Secretário)